

emocional e dinamismo para poder determinar um movimento de expansão.»

2. «(...) as várias concepções gerais sobre o homem e a vida, longe de se circunscreverem ao plano privado, por maior que seja a amplidão dada a este para o efeito, — logo se transformam em ideologias e se reinserem no plano da Política sob a forma de partidos.»

3. «O partido político começa por colocar em plano meramente voluntarista concepções que, muito embora radiquem, básicamente, em actos de crença, transcendem o plano da mera subjectividade individual para se inserirem num pensamento socializado, de formação histórica. Quer dizer: o simples facto de submeter a sufrágio um sistema de crenças é suficiente para lhe alterar a estrutura projectando no plano da opinião o que, até aí, era domínio da convicção.»

(Unidade Política e Unidade Ideológica, in Cidade Nova; 1959).

IV

Crítica da mentalidade ideológica

ARISTÓTELES

1. «A comunidade das mulheres apresenta muitas dificuldades, nas quais o autor [Platão, na *República*] não parece crer, sendo os motivos alegados por Sócrates para a legitimar uma consequência pouco rigorosa da sua própria doutrina. Mais ainda: é incompatível com o próprio fim que Platão assinala ao Estado, pelo menos sob a forma em que ele a apresenta; e nada nos disse quanto aos meios de resolver tal contradição. Refiro-me àquela unidade perfeita da cidade toda, que é para ela o primeiro dos bens, pois é esta a hipótese de Sócrates. Ora é evidente que, se tal unidade for levada um pouco mais adiante, a cidade desaparecerá inteiramente.

A cidade é naturalmente múltipla, e, se se aspira à unidade, de cidade se converterá em família, e a família em indivíduo, porque a família tem mais unidade que a cidade, e o indivíduo, ainda muito mais que a família. E assim, mesmo que fosse possível pôr em prática este sistema, não se devia fazê-lo, sob pena de destruir a cidade.»

(*Política*, livro II, cap. I, pág. 51 da ed. cast. da Espasa-Calpe, «Colección Austral»).

ADAM MÜLLER

1. «Não foi possível inventar a constituição dos Estados; os cálculos mais inteligentes são, nesta matéria, tão vãos como a igno-

rância absoluta. Não há substituto para o espírito de um povo e para a força e a ordem que este produz, nem é possível encontrá-lo nos espíritos mais altos ou nos mais claros engenhos.»

(*Über Köning Friedrich II, und die Natur, Würde, und Bestimmung der prusischen Monarchie*; Berlin, 1810, pág. 49; cit. por K. Mannheim 205).

ALEXANDRE HERCULANO

«Nos tempos que foram o que me sorri, não só como saudade mas (porque não direi agora o que hei-de dizer mais longamente um dia?) também como esperança, são as tradições dessa liberdade primitiva, posto que incompleta, filha primogénita do evangelho, que ele gerara para mãe, para abrigo das sociedades da Península; dessa liberdade, rude e turbulenta como uma criança educada à lei da natureza, mas como ela robusta e viçosa; dessa liberdade que se estribava nos hábitos, que resultava de instituições positivas e exequíveis, e não de instituições copiadas quase ao acaso da primeira teoria que tivesse transposto os Pirenéus; dessa liberdade que tornava a monarquia uma coisa santa, necessária, indestrutível, e que a monarquia, por desgraça sua e nossa, foi lentamente esmagando debaixo do seu trono, formado dos infólios, politicamente fatais, do Digesto, do Código e das Glossas e Comentários das escolas de Itália; dessa liberdade que, desenvolvida e organizada logicamente com a sua origem, nos teria poupado talvez à glória imensa, mas para nós mais que estéril, de nos convertermos em vítimas da civilização da Europa, de revelar o Oriente à sua cobiça, para logo virmos assentar-nos extenuados num ocaso de três séculos; dessa liberdade que nos teria salvado por certo de um longo estrebuchar em esforços impotentes de emancipação, que tomamos como lições de estranhos e que era mais velha para nós do que o era para eles.»

(*Primeira Carta-Aberta a Magessi Tavares*, in *Opúsculos*, III, págs. 65-66).

BALZAC

«Se o pensamento é o elemento social por excelência, é também o elemento destruidor da sociedade.»

(Prefácio da *Comédie Humaine*; cit. por P. Bourget, *Nouvelles Pages de Critique et de Doctrine*, t. II, pág. 125).

F. LE DANTEC

«Numa sociedade em que todos os membros fossem puros ateus, indo até ao fim das conclusões lógicas do seu ateísmo, a consciência moral de cada um perderia todo o valor como sentimento social; cada ateu submeter-se-ia às ordens da consciência pelo único prazer da satisfação pessoal, mas as crenças dos vizinhos não lhe imporiam deveres; tal sociedade, formada exclusivamente de ateus, acabaria naturalmente por uma epidemia de suicídio anestésico.»

(Cit. por Fidelino de Figueiredo, *Estudos de Lit.*, 4. série, pág. 105).

CLAUDE BERNARD

«É preciso, pois, evitar cuidadosamente toda a espécie de sistema, e a razão que encontro para o dizer é que os sistemas não estão na natureza, mas apenas no espírito dos homens. O Positivismo, que, em nome da ciência, repele os sistemas filosóficos, tem como eles o defeito de ser um sistema.»

(*Introduction à la Médecine Expérimentale*, pág. 297 da ed. de J. Gibert; Paris, 1946).

BASÍLIO TELES

1. «O que esterilizara em grande parte a obra educativa do filósofo francês [Comte] fora, segundo nos persuadimos, a exigência de uma grande cultura matemática para ser perfeitamente compreendida, e não a rejeição de quaisquer investigações relativas ao que, em linguagem técnica, se denomina o Absoluto, e portanto

a incapacidade radical do sistema positivista, quando logicamente respeitado, de oferecer uma resposta a certas aspirações humanas que, ou insensatas ou legítimas (é ponto controvertido, apesar da *lei* dos três estados) traduzem necessidades morais subsistentes, muito reais e *positivas*. Talvez modos de ser transitórios, talvez mórbidos; mas uma filosofia que assume pretensões a constituir uma espécie de ciência geral, ou até, a Ciência mesma, não pode excluir do domínio dos fenómenos a estudar, sob quaisquer pretextos ou razões (sobretudo apriorísticos), modalidades psíquicas gerais no tempo e no espaço, e, se não permanentes, de extrema estabilidade e prodigiosa resistência. Ora, a religiosidade é um dos mais consideráveis e tenazes desses modos de ser subjectivos, que se não saberá compreender, definir e interpretar, que nunca, porém, se deverá desconhecer. E se das religiões em especial, paganismo, bramanismo, cristianismo..., é permitido dizer-se: — «Fizeram o seu tempo, nada há de aí a esperar.» — será lícito dizer outro tanto do sentimento religioso?»

(Do *Ultimatum ao 31 de Janeiro — Esboço de História Política*, 36-7).

*

2. «[...] é claro como a luz, para republicanos, para monárquicos, para a turba mesma dos neutrais, indiferentes à política, que o nosso povo, o das cidades pelo menos, *desejava* [em 1890], e *deseja* ainda ver a república implantada em Portugal. Mas *quer*? É duvidoso; por isso mesmo dizemos que os chefes republicanos cometeram, e prosseguem cometendo, um erro crasso, não completando o *desejo* colectivo pela *vontade* pessoal, isto é, não organizando em propósito a aspiração que lateja no coração de milhares de homens.»

(*ibidem*, 134).

TEÓFILO BRAGA

1. «Foi preciso que se desse uma grande perversão na vida política dos povos, para que se ousasse copiar artificial e arbitraria-

mente uma instituição estranha. A forma de governo fecunda e harmónica em uma dada raça e em uma certa zona, transplantada servilmente, reproduzida com todas as suas feições sacramentais, define-se, desacredita-se e morre onde não achar as íntimas condições de vida donde a tiraram. É isto o que se deu na Europa com o *Sistema Constitucional*.»

(*Soluções Positivas da Política Portuguesa, Parte II*; Lx.^a 1879; págs. 9-10).

*

2. «Separando o facto estável do *Estado* da intervenção transitória do *Governo*, cabe a essa Filosofia [ou seja, o Positivismo] o ter fundado o acordo entre os factos de natureza estáticos, ou que estão fora da vontade dos indivíduos, e os factos dinâmicos essencialmente impulsores do desenvolvimento social; fez o equilíbrio social, pela coexistência da *Conservação* com a *Revolução*. Assim estes dois termos absolutos da antiga política, que exprimiam ainda a violência do despotismo monárquico e do despotismo jacobino, reduzidos à condição do relativismo social, só podem ser conciliados pelo conhecimento positivo da sua imprescindível coexistência. Um espírito disciplinado pela filosofia positiva evita a agitação, própria do metafísico revolucionário, e ataca pela doutrina da soberania nacional delegada em uma magistratura temporária e competente, o poder fictício, que os conservadores querem converter em apanágio de uma casta ou família dinástica.»

(*História das Ideias Republicanas em Portugal*; Lx.^a 1880; págs. 324-5; cf. pág. 3).

P. BOURGET

1. «O problema político e social que a nós, discípulos dos Le Play, dos Taine, dos Fustel, nos surge como a demanda dessas condições [as que *condicionam a criatura humana*] punha-se para eles [«gens du monde et philosophes» do séc. XVIII] com bem diversa simplicidade, como uma questão abstracta de legislação racional.»

(*Nouvelles Pages*, I, pág. 138).

*

2. «A fórmula — a Revolução —, sem epíteto, é pela primeira vez usada correntemente pelos homens de 1789. Mas o epíteto subentendia-se. O que eles querem dizer é a Revolução deles, a Francesa. É com os convencionais que vai começar o mito. Agitam-se estes no meio das ruínas. Deitaram abaixo todo o antigo edifício. Em nome de quê? De uma ideologia abstracta, segundo a qual pretenderam modelar a realidade viva.»

(*Nouvelles Pages*, II, pág. 206).

*

3. «O grande professor de ideias falsas, Jean-Jacques Rousseau, escrevia nas suas *Considérations sur le gouvernement de Pologne* — e já em 1772: «Hoje em dia, já não há Franceses, Alemães, Espanhóis; nem mesmo Ingleses, por mais que se diga. Há apenas Europeus.» Como aqui se mostra bem o ideólogo impenitente que declarava no começo do seu *Discours sur l'origine de l'inégalité parmi les hommes*: Começemos por pôr de lado todos os factos!...»

(*Nouvelles Pages*, II, pág. 109).

*

4. «A estes vários impulsos acrescentai o de uma ideologia especiosa, do género da de Karl Marx, e vereis como todos estes elementos de guerra social se hão-de coordenar. Tomemos esta ideologia como tipo, já que, de mais a mais, está na moda. Ao dado vivo da família estabelecida, que, pela soma dos sucessivos esforços, criou a propriedade, substitui este Hegeliano algo de abstracto: o Capital. A este outro dado vivo — a família a procurar transpor a situação recebida, enobrecendo o esforço transitório pela constituição possível e a herança perdurável, substitui esta outra coisa abstracta: o Trabalho. Dos elementos antitéticos mas que a recíproca boa vontade harmoniza — o acordo das classes e a sua rivalidade —, só o último ele guarda. Aos instintos que tentam desencadear-se, ele fornece uma doutrina. Disfarça de reivindicações de

justiça os mais brutais apetites, e de tentativa reformadora o assalto ao edifício secular da civilização.»

(*Nouvelles Pages*, II, págs 193-4).

*

5. «Sim. Esta França, razoável e moderada, foi, um instante, como o tinha sido o seu grande Rei, tocada da vertigem do Imperialismo. Mas isso sucedeu durante a Revolução e quando ela pretendeu, sob pretexto de libertar os povos, impor a sua ideologia fora das suas fronteiras naturais.»

(*Nouvelles Pages*, II, pág. 162).

CH. MAURRAS

1. «A submissão ao real não é mais que a primeira operação da inteligência; serve ela para obter uma ideia exacta, um reflexo conforme com a imagem. Como se diz dos trabalhos manuais, é um produto já perfeito, acabado e polido em si. Não se trata de reduzir a importância nem de recusar o mérito próprio às minúcias da análise e da erudição que contribuíram para criá-la. É muito activa a inteligência enquanto cumpre essas grandes e pequenas tarefas preliminares, como a alma é activa no sentimento, na sensação, na pura impressão. Mas, uma vez adquirido e fixado o Verdadeiro, ela redobra de actividade, porque se esforça por dominá-lo a fim de o possuir, fruir dele e transformá-lo em alguma coisa de mais verdadeiro ainda.

É então que começa o que se pode comparar, quer a uma dança superior, que pisa e calca tudo o que a nossos pés se estende,

Nunc pede libero

Pulsanda tellus;

quer a um voo sublime; quer, se o preferis, à ascensão rápida da «mais alta torre», donde se podem abranger todas as grandes linhas das terras baixas. A vista do conjunto não suprime um só por-

menor, um só acessório, mas já não está atulhada deles. Dá-nos a contemplar o essencial e o geral: de longe e do alto, vemos para que servem e a que tendem todos os acidentes, e a isso se chama compreender ... Compreender! Portanto, possuir a causa e a razão. Portanto, saber e sentir, com todas as delícias, a lei, o fim, o movimento, a vida daquilo que se explorou e definiu.

Torna-se então possível repensar todo esse material luminoso, para propor ao seu sentido e ao seu tipo definitivo, uma vida nova. Verdadeira beatitude terrestre, que deve ser prefiguração daquela que se experimenta noutros céus! Chamo eu poesia a este impulso feliz que nos conduz, quase sem esforço, ao limiar desta espécie de Paraíso. É o único nome que lhe posso dar.»

(«Avant-Propos» de *Poésie et Vérité*).

*

2. «Um espírito medíocre concebe o mundo das ideias todo em oposição. Há, de certo, ideias incompatíveis, mas não basta que duas noções sejam diferentes, para se excluírem. Pelo contrário, há categorias muito diversas que têm o poder de se atraírem para se completarem. Assim acontece com a honra e a utilidade, a generosidade e o serviço público, o desinteresse das pessoas ou das classes, e o interesse nacional.»

(*L'Ordre et le Désordre*, pág. 21).

*

3. «Nenhuma ideia há, nascida de um espírito humano, que não tenha feito correr sangue sobre a terra.»

(*Ibidem*, pág. 42).

*

4. «Não tomemos à letra a fórmula cruel desse pobre Eugène Lautier, cuja clareza de espírito era por vezes perturbada por um talento que lhe inspirava amargos paradoxos; escreveu ele um dia: *a França já não é francesa* ... Era só no país legal da França que

ele pensava, e sobre este há que dar-lhe razão. O país legal da França, os seus eleitos, os seus grandes-eleitores, sentiam, efectivamente, uma espécie de pudor e de escrúpulo em proclamar a necessidade primordial dos deveres para com a Nação. Sobre isso, a sua reserva era tão viva, tão forte e tão perigosa, que, para a combater, tinha sido necessária esta coisa (que parece monstruosa ao pensamento): fundar um *partido nacional*!»

(*La Seule France; Chronique des Jours d'Épreuve*, pág. 24).

*

5. «Onde me afasto do Sr. Belin é na explicação que dá da luta de classes. Julgo-a incompleta. Tem razão quando diz que ela tem causas e não é portanto uma causa primeira, mas nem a imoralidade de uns e outros nem a livre-concorrência são as únicas geradoras desse sistema monstruoso. Não se deve perder de vista que a democracia e o regimen electivo alimentam a luta *perpétua* das suas facções com os conflitos *accidentais* das classes: se, na véspera da lei sobre os sindicatos, o parlamento republicano rejeitou com horror as ideias de La Tour du Pin e do Sr. de Mun sobre os sindicatos mistos de patrões e operários; se recusou a colaboração profissional, foi porque as Esquerdas, então inseguras do advento e da duração do seu poder, julgavam indispensável manter os operários isolados dos patrões e utilizar todos os pretextos de divisão, para reforçar os antagonismos políticos entre uns e outros. Em 1904, Millerand, que escutava benèvolamente o Sr. de Gaillard-Bancel, ainda estava na fase de lhe responder que noutra altura se lhe daria atenção: «ideia de futuro», dizia ele. Foi precisa a revolução ameaçadora e a derrota acabrunhante, para romper estes diques oficiais da democracia.

Outra causa de que o Sr. Belin se esquece: a doutrina nascida do ódio do Judeu pelas Nações. O Judeu tinha jurado destruí-las...

Nós não somos de modo nenhum aquilo que René Johannet chamou *nacionalitários* [«nationalitaires»], sequazes do princípio das nacionalidades: *nacionalistas* fiéis, sabemos o que o género humano deve às nações em geral e a certas nações em particular. Mas as nações eram uniformemente e imparcialmente detestadas

pelos Judeus: o maior Judeu do século XIX, que não é Rothschild, mas Karl Marx, concentrava o sistema deste ódio na sua fórmula do Manifesto comunista: «Proletários de todos os países, uni-vos!» Para conseguirem uma resposta favorável a este apelo, os seus discípulos dilectos meteram-se, durante sessenta anos, a pretender que a vida das coisas tendia, só por si, por sua própria iniciativa, a substituir as nações pelas classes, e destruir os povos, em favor de um movimento revolucionário em que as línguas, os costumes, as leis, os Estados, se confundiriam, ficando, de um lado, todos os proletários, do outro, todos os não-proletários. E esse movimento não se fazia. E (durante trinta anos o ensinámos) a história desmentia essa afirmação judaica. A mesma história denunciou a conspiração judaica. Basta abrir os olhos para se ver a esplêndida desforra que as Nações tiraram da Cosmópolis de Israel.

Bem avisado andaria o Sr. Belin se integrasse, nas suas explicações, parcialmente justas, da luta de classes, os dois factores inesquecíveis que acabamos de recordar.

Que nos ensina, efectivamente, o espectáculo dos conflitos europeus que se têm desencadeado?

Pois bem: para quem não é cego, é a absoluta precedência, a supremacia total, decisiva, incontestada, do princípio nacional e da ideia de nação, sobre qualquer outra ideia e, em particular, sobre o princípio que em geral se lhe opunha.

Durante todo o final do século XIX, a coisa era ainda discutível e mesmo duvidosa. Hoje, a dúvida já não é possível. A discussão já não se pode sustentar. Voltemos atrás para ver melhor.

Em 1849, o *Manifesto comunista* propusera ao género humano uma nova maneira de se reagrupar sobre a face do planeta.

Ao género de sociedade completa chamado Nação, que comportava gente de todas as condições, empregadores e empregados, patrões, contramestres e operários, proprietários e proletários, uns e outros envolvidos pelas mesmas fronteiras e formando o mesmo conjunto político, o *Manifesto* prescrevia que se reunissem, precisamente por cima dessas fronteiras, todos aqueles que, vivendo do mesmo trabalho, fazendo parte da mesma espécie de trabalhadores, não deviam pertencer à mesma comunidade que os seus empregadores, nem, por conseguinte, à mesma pátria.

Em lugar de a união se fazer segundo o povo, far-se-ia segundo a classe e a condição.

Em lugar de considerar que os homens diversamente ocupados, uns a lavar ou a pescar, outros a fabricar, advogar, medicamentar, formavam, por diversos títulos — chefes ou aprendizes, patrões ou servidores —, uma mesma unidade diversificada pelo género de vida e de esforço, eis que os trabalhadores chamados empregados ou *proletários* não deviam já tender senão a formar o mesmo grupo social de um cabo ao outro do mundo, sem mais acepção de línguas e de raças que de limite territorial.

Em lugar pois de determinar uma espécie de fuso de *longitude*, partindo do fundo mais íntimo da sociedade para gradualmente se elevar até ao alto e compreendendo tudo o que fica no meio, a sociedade seria apenas constituída por camadas de *latitude*, que se sobreporiam sem se comunicarem de alto a baixo.

A natural fraternidade do homem não devia pois, desde agora, exercer-se senão entre indivíduos da mesma condição; quanto aos outros e entre os outros, o que se impunha, sem tréguas nem mercê, era o género de combate que se tornou famoso sob o nome de «luta de classes.»

.....

O grito de apelo de Marx exprimia — tanto ou mais que a vontade de um homem de acção — a sua visão de profeta que anunciava o que ia ser feito, o que está a ser feito, aquilo que era o inevitável e necessário termo de todas as tendências do nosso século.

Mais de noventa anos se passaram sobre este manifesto. Que aconteceu? Que por toda a parte as nações se firmaram, se reforçaram, organizadas, ou reorganizadas, cada vez mais poderosamente, e que as classes cada vez mais se incorporaram e integraram nas organizações nacionais.»

(*ibidem*, págs. 220-225).

S. S. O PAPA JOÃO XXIII

«Da posse da verdade plena, inteira e sincera, deve necessariamente derivar a união dos espíritos, dos corações e das acções.

As oposições, os litígios, os desacordos, nascem em primeiro lugar do facto de a verdade não ser conhecida ou, o que é ainda pior, do facto de que, bem conhecida, ela seja atacada por força das vantagens que se espera tirar da mentira, ou em consequência daquela odiosa cegueira que leva os homens a justificar, com demasiada indulgência, as suas paixões e acções culposas.»

(Encíclica *Ad Petri Cathedram*, segundo a versão oficial francesa publicada in *La Documentation Catholique* de 19-VII-1959).

GEORGES RIPERT

1. «As reformas, quando a ideologia inspira as reclamações, deixam de ser discutidas tendo em vista uma realização racional; porque toda a ideologia tem um carácter absoluto, que lhe dá uma força revolucionária.»

(*Les Forces Créatrices du Droit*, pág. 91).

*

2. «Há ideologias que se formam segundo o espírito do mal, como as há que se formam segundo o espírito do bem, e o enfraquecimento das forças religiosas e morais favorece-lhes o desenvolvimento.»

(*op. cit.*, pág. 92).

*

3. «O jogo político perturba a criação do Direito na medida em que introduz na luta um novo elemento puramente artificial, uma certa *ideologia* que por vezes impede reformas úteis ou provoca regras nefastas. Não classifico a ideologia entre as forças sociais, porque ela não tem fundamento no real; as leis que inspira são filhas de uma ideia pura. É um caso de «inseminação artificial», diz com graça um autor⁵⁰.

.....
A ideologia cria uma atmosfera de paixão, que torna difícil

⁵⁰ DE CORTE, *Essai sur la fin d'une civilisation*, 1949, pág. 66

ou impossível a arbitragem. «Fanatiza-se a consciência» diz o Sr. Gabriel Marcel⁵¹. A ideologia liga mais importância às fórmulas do que às realidades. Se consegue ou impede úteis reformas, é porque estas são favoráveis ou seriam contrárias a uma concepção das relações entre os homens, determinada por um certo ideal. Não tem a elasticidade [«souplesse»] que permite as adaptações e as transacções. É pois de temer, quando se trata de elaborar pacificamente o Direito positivo.

Não se deve confundir a ideologia com a expressão de sentimentos religiosos ou morais. Algumas vezes, nasce desses sentimentos, mas sobrevive-lhes depois de eles já terem recebido satisfação. Foi um ideal de liberdade que inspirou muitas leis do século XIX, mas a reclamação da liberdade pelos homens não diminuiu quando essas leis foram votadas. A ideologia impede toda a satisfação e sobrevive a todas as leis que inspira. Deste modo, tende a criar novas regras facciosas ou inúteis.

A mística da igualdade social, que permitiu destruir o antigo sistema das classes constitutivas da nação, persiste sob um sistema que já não tem classes, e intenta provar que estas ainda existem, a fim de continuar a destruí-las. Arrasta ela o legislador a uma unificação que nenhum caso faz das instituições tradicionais, e à destruição dos poderes particulares, para que a lei reine sobre um povo de iguais.

A mística do laicismo persiste, já quando a dominação religiosa se não pode exercer, e cria um anti-clericalismo que, como havemos de ver, se esforça por destruir a legítima influência da religião.

A mística do anticolonialismo, nascida da reacção contra antigos abusos cometidos em países de civilização inferior conquistados pela força, condena toda e qualquer intervenção do país protector, e leva o legislador a emancipar povos que não estão aptos para se governar a si mesmos.

A ideologia do progresso mantém uma esperança messiânica num futuro melhor da humanidade, afirma a fatalidade da evolução económica e da transformação das instituições.

É difícil ao Poder político lutar contra as ideologias, porque

⁵¹ *Les hommes contre l'humain*, págs. 100 e 167.

elas são inatingíveis, e é perigoso sacrificar a elas, pois não é a razão que as inspira. Seria preciso poder eliminá-las na discussão das leis. Infelizmente, o espírito francês, que não tem nada de místico, usa na vida política o aparelho ideológico, para disfarçar os sentimentos e os interesses. A transacção entre as forças reais é perturbada por esta intrusão de ideias abstractas, expressas na «linguagem convencional» do mundo político de que falava Péguy ⁵².»

(*Les Forces Créatrices du Droit*; Paris, 1955, págs. 127-129).

MUSSOLINI

«Muitos velhos ídolos, a que se pagava o tributo de um culto fora-de-moda, jazem agora quebrados, como destroços dos velhos sistemas e das velhas ideologias democrático-liberais em que já ninguém crê, das novas gerações. A responsabilidade tende, mais que nunca, a concentrar-se e a tomar forma visível sob o aspecto de um homem, em lugar de se fraccionar em nebulosas e vagas ideologias, ou de se evaporar no anonimato das colectividades e dos parlamentos.»

(*Ed. cit.*, X 10).

ED. DOLLEANS

«Entre as ideologias, cujo destino é serem efémeras, o marxismo conservou uma influência grande. Mas as ideologias não podem ter a pretensão da vida eterna.»

(*Histoire du Mouvement Ouvrier*, pág. 205).

GABRIEL MARCEL

«Penso no aviltamento da discussão e suas bases, cada dia demonstrado desoladoramente. Para executar o adversário, para pô-lo

⁵² Péguy, *Cahiers de la quinzaine*, IV-20, de 16 de Junho de 1903.

Knock-out, basta pôr-lhe uma etiqueta e atirar-lhe à cara, como um frasco de vitriolo, uma acusação maciça a que lhe é impossível responder; desmontado o adversário, declarar-se-á que ele confessa e capitula. Assim, em certos meios, é impossível proferir um juízo gradativo de personagens contemporâneas e suas intenções iniciais sem ser automaticamente classificado entre os partidários dos métodos de Buchenwald e Auschwitz. É só um exemplo entre muitos: mas tudo mostra que o sentido do esbatido, inseparável do da verdade, fica literalmente abafado pelas paixões partidárias. Uma longa análise seria necessária para mostrar como elas se propagam no mundo que tentei descrever; o que salta à vista é que entre essas paixões e a propaganda há solidariedade recíproca que é tangencial ao círculo vicioso.»

(*Os Homens contra o Homem*; trad. de Vieira de Almeida; págs. 66-7).

ANTÓNIO SARDINHA

1. «Entraram no eclipse mortal as ideologias anacrónicas da Revolução, herdeiras desse nefasto «livre-exame» que, introduzido no Ocidente pelos doutores da Enciclopédia, se traduz na ruptura de todos os laços morais e sociais em que a colectividade se repousa. A que assistimos nós no espectáculo imprevisto que a Europa nos oferece, convertida quase de banda a banda num vasto campo de batalha? É à apologia da utópica ordem internacionalista dos pregadores da Nação-Humanidade? É à apoteose final da emancipação humana, abrindo os braços por cima da Cidade-Futura, em que não se apontaria nem deuses nem senhores? Oh, como que por encanto, o filantropismo romântico pulveriza-se por entre a poeira das mil e uma ficções com que o século se apostou em confessar a impotência do seu cerrado orgulho materialista!»

(*O Valor da Raça — Introdução a uma campanha nacional*; Lx.º 1915, págs. 119-120).

*

2. «O trabalho demorado da desnacionalização viera ganhando terreno com o andamento de causas várias entre as quais sobre-

leva, sem dúvida, o mal ideológico do século XVIII. Por uma fatalidade, cuja origem se não apura bem, o esforço formidável da geração de Seiscentos perdera-se nas encruzilhadas duma decadência a que não é estranha a divulgação do racionalismo na sua dupla forma política e pedagógica.»

(*ibidem*, 125).

*

3. «Pois com o *Discurso do Método* e o regalismo doutrinário da jurisprudência josefina, a mentalidade reformada apossa-se de nós. (...) As teorias absolutistas que desvirtuaram a natureza benigna da nossa Monarquia denunciam a marca luterana com o excesso governativo de que rodeiam o Príncipe.

O Príncipe já não é o titular duma magistratura de sã consciência. É, à maneira germânica, um César barroco que consubstancia em si a espontaneidade elaboradora da sociedade. Definham-se assim os relativismos demográficos e regionais em que o génio atlântico vasava uma das suas feições mais profundas. Esteriliza-se a acção comunal numa insaciável hipertrofia administrativa. É vão o trabalho anterior da tradição. As Pátrias nada as exprime já senão o poder majestático que as representa.

Pesa por cima dos povos um artificialismo tão rígido, tão inerte, como a mais inteiriçada das construções geométricas.

(*ibidem*, 126).

4. «A Revolução, preconizando o homem-abstracto, o absoluto-homem, envolve a negativa de Pátria, porque anula no entusiasmo das suas generalizações a faina incansável do Tempo e do Espaço por cuja obra se promove a diferenciação das fronteiras e o instinto bem vivo de raça.»

(*ibidem*, 127).

5. «Substituiu-se ao passado da Pátria a invenção exótica de meia dúzia de plumitivos discorrendo com todo o simplismo sobre quartos de papel em branco.»

(*ibidem*, 128).

6. «O prestígio transcendente da lei é nas sociedades contemporâneas o resultado duma tal hipertrofia de pensamento. Em vez de ser [a] colectividade que inspira o direito, é o direito que a antecede e governa despoticamente. Inventa-se assim o apriorismo rígido de tantos insignes reformadores.»

(*ibidem*, 138).

7. «As forças da natureza não se comandam senão obedecendo-lhes. (...) Porque é que os governos revolucionários se fartam de encher as cadeias, de povoar os presídios, sem nunca derrotarem a hostilidade incoercível em que terminam por ser suplantados?

.....
São governos contra a natureza os governos revolucionários.»

(*ibidem*, 153).

HUIZINGA

1. «Pensadores sociólogos como Max Weber, Max Scheler, Osvaldo Spengler, Carlos Mannheim, acharam na «vinculação do pensar ao ser» um ponto de partida para a aproximação com o Materialismo Histórico, implicando *ex professo* a tendência «anti-noética» detractora do pensamento cognoscitivo. Ao falar de tendência «anti-noética», quero exprimir com esse termo um conceito muito geral: o «opor-se ao princípio do conhecer». Pois bem, pouco a pouco, as forças «anti-noéticas» de um século foram confluindo numa corrente poderosa que, em pouco tempo, chegou a pôr em perigo barreiras de cultura espiritual, que tinham sido sempre consideradas inquebráveis. Foi Jorge Sorel quem, nas *Réflexions sur la violence*, tirou as consequências práticas de tudo isto. Sorel é o pai espiritual de todas as ditaduras contemporâneas.»

(*Entre las Sombras del Mañana*, pág. 92).

*

2. «Outrora, os modos de aproximação dos problemas, ainda que menosprezassem o pensamento e a intelecção lógica e aspi-

rassem a penetrar, por intuição e contemplação, naquilo que a inteligência não compreende, permaneciam, no entanto, orientados sempre no sentido de conhecer a verdade. A palavra grega *gnosis* e a palavra indiana *jnāna* exprimem claramente que ainda a mística mais pura continua a ser um conhecer. Continua a ser o espírito que se move no mundo do inteligível. Sentir a verdade foi sempre o ideal. E não sei de nenhuma civilização que haja rechaçado o conhecer em seu sentido mais amplo, abandonando a verdade.

Se houve antigas correntes espirituais que abjuraram a lealdade-feudal para com o instrumento lógico, a razão, foi sempre em favor do supra-racional. A cultura, porém, que hoje procura dar o tom, não só abandona a razão, mas o próprio inteligível — e em favor do infra-racional, dos apetites e dos instintos. Opta pela vontade; não no sentido de Duns Escoto, com orientação para a Fé, mas uma vontade de poder terrenal; pela «existência», pelo «sangue e o solo», a substituírem o «conhecimento» e o «espírito»¹.

*

3. Por agora, fique aqui posto o problema de até que ponto o reconhecimento irremissível da «vinculação do pensar ao ser», ou «vinculação do pensar à situação», representa um esclarecimento da consciência cultural e, concebido com excessivo exclusivismo, é a causa inicial da decadência da Cultura.»

(*op. cit.*, págs 93-5).

*

4. «O termo que bem cedo vai estar na moda nos círculos cultos é sem dúvida a palavra «existencial». Já a vejo despontar por muitos lados. Não tardará a atingir o grande público. Todo aquele que, tendo usado já com frequência a palavra «dinâmico», queira convencer os leitores da sua mestria na compreensão das coisas, usará dentro em pouco a palavra «existencial». A palavra há-de ser utilizada para se renegar o espírito ainda mais solenemente. Há-de ser como uma declaração de «que me importam a mim o saber e a verdade!»

Em reuniões científicas ouvem-se afirmações que, até há pouco, se consideravam tão falhas de sentido, que nem sequer efeitos cômicos teriam podido provocar. Num Congresso de Filólogos reunido em Tréveris em Outubro de 1934, afirmou um interlocutor, segundo os relatos dos jornais, que à Ciência não se deve exigir verdade, mas «espadas afiadas». Um outro, que, ao que parece, foi irrespeitoso para com certos modos de interpretar nacionalmente a História, foi repreendido pelo presidente, que lhe censurou a sua «falta de subjectividade». Note-se bem que isto se deu num congresso científico.

A este ponto chegou o mundo culto de hoje. E não se creia que a degenerescência do juízo se limita aos países onde triunfou o nacionalismo extremo. Quem quer que observe o que sucede à sua volta, poderá notar com frequência que muitas pessoas cultas, as mais das vezes jovens, manifestam indiferença pelo conteúdo de verdade que possa haver nas formas do seu mundo ideológico. Já não se distinguem claramente uma da outra a Ficção e a História, no sentido simples e corrente de estas palavras. Já não interessa poder ou não comprovar a verdade de um tema espiritual. O êxito que obteve a ideia de *mito* é o mais notável exemplo do que dizemos. Adopta-se uma fantasia qualquer, na qual se incluem conscientemente elementos do desejo e da imaginação, e proclama-se como «realidade pretérita» [sic], elevando-a a norma de vida. Isto vem a ser confundir desesperadamente as esferas do conhecer e do querer.

Logo que esse «pensar vinculado ao ser» pretende expressar-se em palavras, deslisa para o argumento lógico a metáfora da fantasia, sem oposição alguma por parte da crítica. A vida não se pode exprimir em termos lógicos (ninguém o põe em dúvida). É ao poeta que pertence esse ultrapassar do que o pensamento lógico alcança. O mundo começou a conhecer por meio da Poesia. Mas, com o desenvolvimento da cultura, inicia-se a clara distinção entre o pensador e o poeta. Cada um tem a sua esfera. A linguagem da actual filosofia da vida contém, apesar disso, uma mescla confusa de expressões lógicas e poéticas. Entre estas, a metáfora do sangue ocupa um importante lugar.»

(*op. cit.*, págs. 96-98).

5. «Estranhos são os tempos em que vivemos. A razão, que outrora combateu a fé e julgou tê-la derrotado, tem agora de acolher-se à mesma fé para se salvar da ruína. Porque é só sobre a base não enfraquecida e inquebrantável de um vivo sentimento metafísico que pode repousar seguro um conceito absoluto da Verdade, com o seu corolário de normas absolutamente válidas de Moral e de Justiça, em face da corrente cada vez mais forte do impulso vital instintivo.

Prodigioso feito! Ataca-se o conhecimento e a inteligência; mas sempre com esse semi-conhecimento e essa falsa inteligência.»

(*op. cit.*, págs. 102-3).

HEIMSOETH

«A Sociologia da Cultura (M. Weber), a Sociologia do Saber (M. Scheler), a da Religião (E. Troeltsch e M. Weber), e especialmente as grandes investigações deste último sobre a ética económica [sic] das religiões universais, não só se constituíram como outras tantas novas e fecundas províncias diferenciadas do estudo sociológico, como ainda puderam mostrar a influência positiva, original, e por vezes decisiva, dos «factores ideais» da vida social e histórica sobre os seus «factores reais», de ordem económica ou outra, muito embora estes também actuem sobre ela, exercendo a sua acção a partir de baixo. O problema relativo a saber o que são as *infra* e as *super-estruturas*, bem como o da específica dinâmica de acção e reacção recíprocas dos factores reais e ideais da vida social, afastaram-se portanto das velhas soluções monistas, como a do Idealismo de Hegel e a do Materialismo económico de Marx, e foram de novo postos em equação.»

(*A Fil. do século XX*, trad. de L. Cabral de Moncada; págs. 136-7).

GOETZ BRIEFS

1. «Ingentes massas de trabalhadores europeus têm recebido das mãos de ideólogos alheios à sua classe o presente-grego de

uma filosofia da sociedade de estrutura racional ou dialéctico-científica.»

(*Entre Capitalismo y Sindicalismo*, pág. 19).

2. «Em qualquer destes casos [Comunismo, Socialismo, ou Sindicalismo], por detrás das ideologias actua o conceito básico de um sistema laboral de que se espera o cumprimento da «missão do proletariado» ou a realização da «forma racional da sociedade». Nesta atitude adivinhamos a mescla explosiva de Ilustração com historicismo românticamente hegeliano; a combinação procede de Marx.»

(*op. cit.*, pág. 28).

3. «O fogo marxista ardia com labaredas mais intensas onde quer que a solidariedade religiosa dos grupos sociais houvesse sido debilitada ou destruída; não se esqueça, porém, que o próprio marxismo tinha precipitado, em boa parte, essa destruição. A chave do seu êxito foi ter-se apresentado às grandes massas como substituto da religião. O seu messianismo, a contextura utópica da sua visão do futuro desempenharam um papel decisivo. Ele definiu um novo absoluto, a redenção do homem pela «emancipação do proletariado». Só podemos compreender o destino e a atitude espiritual do assalariado europeu, tendo em conta que o marxismo era uma fé e uma esperança de religião.»

(*op. cit.*, pág. 59).

4. «O totalitarismo, qualquer que seja a forma concreta em que apareça, não é o «império milenário do homem», nem a «plenitude dos tempos», nem realiza «o salto do império da necessidade ao império da liberdade». O homem não se aproxima mais por ele «de si mesmo». Não é o homem enquanto pessoa, mas o colectivo,

revestido da categoria de personalidade absoluta, que sobe ao poder quando o totalitarismo comanda. Acumulam-se então sobre a colectividade todos os atributos que se atribuíram ao homem da Ilustração, do humanismo secularista e do materialismo. O colectivo absorve-os todos, uma vez que é total; até absorve, o que é muito mais grave, o privilégio do homem de ser imagem de Deus.»

(*op. cit.*, pág. 85).

*

5. «É ingénuo crer que uma estrutura democrática deixe lugar para a liberdade e a autonomia dos indivíduos. Talvez isso fosse possível no céu das ideologias; não, porém, na realidade. O bolchevismo soube ver mais claro, em relação a isto, que certos vãos ideólogos do Ocidente, que acalentam a crença de que o colectivismo é compatível com a liberdade.»

(*op. cit.*, pág. 86).

*

6. «Se a sociedade, apoiando-se no ideal trabalhista, reclama para si a totalidade dos direitos da pessoa, o indivíduo ficará, em face dela, desprovido de todo o direito de apelação. Não há ninguém que escape à lógica férrea do bolchevismo: nas estruturas totalitárias, é sempre «a sociedade» ou «o povo» que desempenha o papel de pessoa absoluta. (...) em qualquer caso, subordina-se a pessoa do operário ao absolutismo de uma estrutura social em que já não há «ponto transcendente» algum, nenhum destino imposto ao homem por Deus ou pela natureza, nenhum equilíbrio dinâmico de forças pluralistas.»

(*op. cit.*, págs. 155-6).

*

7. «O que se está a fazer em nome do valor e da dignidade do operário não é outra coisa senão exaltar o valor e a dignidade do colectivo à categoria de absoluto. Mas não há processo de o colec-

tivo poder adquirir valor e dignidade, senão chupando àvidamente, como um prolífero tecido canceroso, o valor e a dignidade do homem. (...) Não há frases nem ideologias de disfarce que possam encobrir semelhante realidade.»

(*op. cit.*, págs. 231-2).

HADLEY CANTRIL

«As divergências que se manifestam nas declarações individuais acentuam, evidentemente, o perigo que ameaça um especialista das ciências sociais, ainda que esteja especialmente habituado aos raciocínios objectivos, quando escreve e discute no clima da sua própria cultura e no quadro da sua filosofia pessoal.»

(Pref.º ao vol. *Tensions et Conflits*, ed. da UNESCO, pág. 14).

ARNE NAESS

«As ideologias e a investigação ideológica»

1. «O raciocínio anterior conduz-nos ao terreno difícil da «investigação ideológica», termo cómodo que aqui se emprega para designar o estudo de sistemas-de-opinião extremamente estáveis, considerados pelos que os professam como doutrinas coerentes, capazes de justificar a sua acção colectiva. Quando se trate de acção política, falaremos de *ideologias políticas*.

A palavra ideologia nunca designou uma categoria de fenómenos bem definidos. Tem uma função ligeiramente dislogística comparável à expressão «propaganda», se bem que menos intensa. Com o sentido que lhe damos, pode-se dizer, sem grande rigor, que essa palavra compreende, ao mesmo tempo, segundo a terminologia de Mannheim, as ideologias e as utopias. Tais como são entendidas aqui, e em alguns outros autores, as ideologias e, num sentido mais geral, as doutrinas ideológicas, são sistemas: (1) de normas ou princípios éticos e sociais e de códigos de conduta por-menorizados; (2) de hipóteses de carácter político, particularmente

sobre as relações entre meios e fins; finalmente (3) de estereótipos verbais sem significação bem precisa mas que provocam desacordos no interior das nações ou entre elas.

As doutrinas ideológicas, à maneira das crenças religiosas, apresentam-se geralmente como absolutamente certas, definitivas e dignas de respeito. Podem-se encontrar exemplos delas nos tipos de raciocínio que se fazem em apoio do Capitalismo, do Liberalismo de Stuart Mill, do Marxismo, do Sindicalismo, do Lenismo, do Fascismo, do Anti-semitismo ou do Americanismo do «Comité Thomas».

As ideologias desempenham um papel decisivo na mobilização da opinião pública, de grande importância na preparação da guerra moderna. Vamos pois lançar um olhar rápido para a investigação ideológica, considerada como uma das partes da Ciência Social do futuro.

A Ciência Social consiste, por um lado, em descrever e classificar as ideologias em função do seu conteúdo doutrinal; por outro lado, em explicá-las em função do seu papel psico-social: como e porquê se formam, como e porquê evoluem em relação com os factores económicos, sociais e culturais. Uma obra clássica como a de Dunning sobre a história das teorias políticas consagra-se sobretudo à primeira tarefa. Numerosas obras de inspiração hegeliana e marxista esforçam-se por cumprir a segunda. Entre as grandes obras que pertencem à segunda categoria, pode-se mencionar a de Beard: *Economic interpretation of the Constitution of the United States*.

A grande maioria das obras que tratam das ideologias são elas próprias estudos partidários. Ocupam-se sobretudo do seu valor «mau» ou «bom», mesmo sob a máscara da descrição pura. O estudo objectivo das ideologias tem a percorrer um caminho quase virgem. E não pode ser feito senão onde a pressão social contra o não-conformismo para com a ideologia dominante não intimide os investigadores e aqueles que não-de financiar-lhes a investigação. Esta condição exclui praticamente todas as sociedades contemporâneas.

Seguem-se algumas palavras-chaves (que não exprimem necessariamente doutrinas), a que cabem importantes papéis nas controvérsias e cruzadas ideológicas. Se as mencionamos é somente

para lembrar ao leitor a vasta infiltração na vida social de crenças e doutrinas que certas pessoas pretendem indiscutíveis. São elas, por exemplo: o americanismo, o anarquismo, o anti-catolicismo, o arianismo, o catolicismo, a democracia cristã, o fascismo, o humanismo, o individualismo, o internacionalismo, o liberalismo, «os meus deveres como bom afgão» (australiano, austríaco, belga, boliviano ..., venezuelano), o racionalismo, o nazismo, a não-violência, a tradição nórdica, a sociedade planificada, o positivismo, o sindicalismo, os direitos do homem, o sistema da empresa livre.

Os slogans acima enumerados representam sistemas de juízos de valor e de realidade misturados de maneira vaga e complexa. Por exemplo, o anti-semitismo como ideologia pode ser definido como composto em parte de juízos de realidade relativos a certas características atribuídas aos Judeus enquanto constitutivos de uma categoria bastante vagamente delimitada. Mas é também feito de doutrinas que estabelecem *como* os Judeus podem ser privados da influência, etc. ... que se pretende que têm. Estas concepções são hipóteses sobre as relações entre meios e fins. E há, finalmente, no anti-semitismo como ideologia, normas mais ou menos implícitas: juízos de valor que justificam a eliminação da influência judaica e determinam o valor pejorativo das características que lhes atribuem. Por vezes estas normas são tais, que a maior parte das pessoas as adoptam, sejam ou não anti-semitas; por exemplo: «não se deve fazer trapaça» [«tricher», em que não vejo nenhuma relação com judeus ou anti-judeus; possivelmente em norueguês este termo terá relação etimológica com *judeu*]. Em tais casos, é a forte crença de que certos grupos violam as normas, e o carácter desta crença, que implica a condenação moral dos que se mostram cépticos e o desprezo dos que querem ter uma opinião imparcial, o que nos leva a classificar estas crenças entre as ideologias.

Noutros casos, é antes pelos juízos de valor que contêm que se reconhece a ideologia. Por exemplo, o fascismo, no qual a luta é um valor em si e independentemente dos fins em vista; do mesmo modo no anti-semitismo, a norma segundo a qual a discriminação racial é social e normalmente justificada.

Dado o predomínio, nas ideologias, dos simples juízos de realidade e das hipóteses de ordem prática, a investigação cien-

tífica pode exercer uma influência considerável sobre a aceitação ou o repúdio das ideologias.»

(*La Fonction des Convictions Idéologiques in Tensions et Conflits*, págs. 265-268).

*

2. «As potencialidades agressivas de uma ideologia dependem em muito do seu conteúdo formal. (...) As intenções agressivas libertam mais energia que as intenções benévolas para a justificação e a racionalização da acção. (...) Estreitamente associada à cegueira causada pelas convicções ideológicas, devemos mencionar a influência da imprecisão e da ambição que impedem qualquer tentativa e formação de doutrinas coerentes. Quando as opiniões se exprimem em *slogans* suficientemente vagos e ambíguos, o público não se apercebe de que eles não têm sentido, e podem ser empregados sem grande preocupação das consequências. Nenhum controle é possível quando nada de preciso se descreve ou prescreve. Aconteça o que acontecer, os espíritos convictos podem conservar intacta a sua «fé». Isto significa na prática o reforço de certos modos de acção que geralmente vêm associados aos *slogans* em questão.»

(*ibidem*, págs. 268-270).

AL. SZALAI

1. «Em si mesma, nenhuma tensão social é boa ou má. (...) Certas tensões podem favorecer a causa do progresso humano e contribuir materialmente para a edificação de uma estrutura social melhor e mais justa, embora sejam violentas e susceptíveis de trazer consigo sacrifícios consideráveis.

.....
A qualidade «boa» ou «má» de uma tensão social não depende unicamente dos factos, mas também dos nossos próprios juízos de valor, e estes também têm suas raízes históricas.

(*Les Transformations de la Société et les Tensions Sociales*, in *Tensions et Conflits*, págs. 27-28).

*

2. «Os especialistas das ciências sociais, que conhecem o marxismo e lhe não são hostis [mesmo esses] subestimam em geral a medida em que grande número das tensões que uma análise superficial explicaria por considerações biológicas, psicológicas ou ideológicas são, mais ou menos indirectamente, senão mesmo directamente, imputáveis, de facto, a interesses e a conflitos de classe, a antagonismos das formas de produção, ou, pelo menos, é desses factores que recebem a importância e a gravidade.

.....
Em última análise, todos os conflitos ideológicos, quer sejam de ordem política, filosófica, moral ou religiosa, podem ser reduzidos fundamentalmente a isto.»

(*loc. cit.* pág. 30).

*

3. «Em nosso entender, as teorias em matéria de ciências sociais não podem nem devem ser separadas da acção social. Pelo contrário, se o conhecimento exacto e científico dos processos sociais estivesse efectivamente difundido, e assimilado por um número crescente de indivíduos (quer dizer, no fim de contas, pelas *massas*), e se, ao mesmo tempo, se tomassem providências adequadas, aquele conhecimento poderia materializar-se numa força e permitir a transformação do mundo pela compreensão do mesmo mundo.»

(*loc. cit.*, págs. 31-2).

GILBERTO FREYRE

«O rei D. João VI de Portugal, que, durante a invasão do seu reino pelas tropas napoleónicas, fugiu para o Brasil e aí estabeleceu a sede da monarquia portuguesa, foi um homem de dupla personalidade histórica. Os patriotas portugueses consideraram-no um pró-brasileiro convicto, que tinha sacrificado os interesses nacionais de Portugal aos de uma simples colónia, ao passo que os

nacionalistas brasileiros viam nele um Português hostil às aspirações e aos interesses essenciais do Brasil. Mas um estudo, verdadeiramente científico, da sua época, obra-prima de história sociológica, escrita por um Brasileiro educado em Portugal, estabeleceu a verdade acerca de D. João VI de Portugal e quase fez do seu nome o símbolo da unidade portuguesa-brasileira. Tornou-se evidente que ele tivera concepções políticas suficientemente avançadas, para se elevar acima dos interesses estreitamente nacionalistas dos seus súbditos metropolitanos. Por outras palavras: tinha previsto a unidade essencial de Portugal e do Brasil, mesmo como organismos politicamente distintos. O historiador-social que objectivamente o estudou, aliando o ponto de vista brasileiro ao ponto de vista português, pôde escrever um livro que contribuiu fortemente para atenuar os motivos de atrito entre Portugueses e Brasileiros.

Há certamente outras pessoas que, à imagem de D. João VI, poderiam vir a ser laços entre as nações, desde que se estudasse a sua acção desde dois ou vários pontos de vista aparentemente contraditórios: os pontos de vista dos grupos nacionalistas diversos ou hostis, e não tanto das próprias nações.»

(L'Internationalisation des Sciences Sociales, no vol. colectivo Tensions et Conflits, ed. da UNESCO, Paris, [1951; os textos parecem ser de 1948]; pág. 153).

G. GURVITCH

1. «Nós vivemos na época das propagandas racionalizadas, apoiadas em meios técnicos tão poderosos como a Rádio, o Cinema, a Televisão, a Imprensa, etc. Há especialistas agrupados e sobretudo círculos privilegiados (os burocratas, os tecnocratas) que manipulam conscientemente os mitos e os símbolos, que os elaboram e os emitem calculadamente para servirem aos seus fins, nem sempre honrosos. Eis um factor novo e directamente observável de intensificação das tensões internacionais. Agudas tensões internacionais podem ser hipertrofiadas com incrível rapidez pela vontade de grupos que disponham de poderes técnicos, económicos e culturais. E, com não menor rapidez, podem ser refreadas: a mais violenta febre cai a uma voz de comando ... Em escala inter-

nacional, podem-se impor deliberadamente às massas, ilusões e desilusões, muitas vezes com o fim de dissimular os verdadeiros antagonismos sociais, de importância incomparavelmente maior.»

(Le concept sociologique de tension internationale, in T. et Conflits, pág. 245).

Comissão dos 8 Sociólogos da UNESCO

«A desigualdade, a insegurança, os descontentamentos de proveniência económica são outras tantas fontes de hostilidade entre grupos e entre nações. Esses importantes factores conduzem muitas vezes certos grupos ou nações a serem dominados por falsas ideologias, ou atraídos por soluções perigosamente simplistas; a darem ouvidos aos demagogos que lhes indicavam este ou aquele *bode expiatório*, e, finalmente, a tomarem os vizinhos como uma ameaça.»

(Déclaration relative aux conflits menaçant l'entente internationale da Comissão dos oito sociólogos da UNESCO, in Tensions et Conflits, pág. 20).

GUSTAVO CORÇÃO

«Existe o genuíno, existe a verdade, mas é preciso ir buscá-la na mistura, é preciso aceitar por algum tempo a confusão do joio com o trigo.»

(Lições de Abismo, 271-2).

MICHEL DEBRÉ

«Somos então conduzidos pela força das coisas a um colégio composto de eleitos políticos que não sejam apenas os parlamentares: os conselheiros gerais, os conselheiros municipais. A única dificuldade deste colégio está no grande número de pequenas comunidades e na representação relativamente fraca das grandes cidades. Este problema é um problema político, mas é forçoso ver que é posto por uma característica nacional que devemos admitir, sob pena de cairmos na ideologia. A França é composta por milha-

res e milhares de comunas: este facto é um facto francês, um dos aspectos fundamentais da nossa sociologia.»

(*La nouvelle Constitution*, in *Rev. Fr. de Sc. Pol.*, IX, 1
— Março de 1959 —, pág. 24).

EDUARDO LOURENÇO

1. «Esses aproveitadores de mortos pertencem ao tipo humano mais vulgar: as ideias estão neles no lugar dos actos. A realidade delas é uma realidade diminuída, de sombra, fantasmática. A verdade não é a forma de existência especial que reveste um discurso quando os juízos que o constituem têm certas características de distinção e evidência. Para eles a verdade é o que se faz ou o que existe quando aquele que age ou os factos que se desenrolam têm o singular privilégio de apresentar um tipo de existência tão perfeita e infalível que os torna automaticamente encarnações visíveis do «universal concreto», do absoluto-que-devém. Não é a coerência intrínseca das ideias que lhes interessa mas unicamente a realização dos actos que as ideias visam ou antecipam. É fácil ver a que espécie de homens pertencem os aproveitadores de mortos: aos fanáticos de todas as religiões, metafísicas, morais, estéticas, políticas. Fanáticos, entende-se, não crentes que testemunham da sua fé como fé, sem a querer impor aos outros como certeza demonstrável. O que é raro.

.....

Estamos precisamente cercados pelas condições óptimas para impedir a objectividade ou a tentativa para se ser objectivo no domínio das relações humanas. Queremos dizer que a categoria mais universal do homem contemporâneo é a categoria política em estado puro. Categoria fundamental, não porque cada um se sinta participante duma *polis* englobando toda a diversidade humana, mas porque cada um arrasta consigo o desejo de impor aos outros a forma limitada duma *polis* própria. Quando se participa duma *forma mentis* deste tipo, as ideias, quer o sujeito se dê conta disso quer não, estão no lugar dos actos como cheques sem cobertura, pois o único valor é a acção política especifica-

mente determinada. Todos os conceitos sofrem uma distorção nesse sentido e apontam sempre para outra coisa diversa da que comportaria o seu significado normal. Será preciso outro dicionário, já que é difícil criar de raiz todo o vocabulário como seria de obrigação. É uma distorção desse género a que se manifesta com o emprego dos conceitos de *actual*, *inactual*, *ultrapassado*, como se eles comportassem um significado estético ou metafísico evidente.

(*Heterodoxia*, págs. 53-55).

*

2. «A história ofereceu e oferecerá sempre (é um desejo e uma certeza íntima) por debaixo duma aparência uniforme, divergências absolutas. Por isso nos parece vã toda a tentativa sem cessar renovada de impor um humanismo de tipo único sobre outra base que não seja a duma fé ou da negação dela. Depois da aparição das grandes formas religiosas e metafísicas, depois da criação da ciência, toda a esperança duma comunidade rígida desapareceu do horizonte humano a não ser como sombra imposta por uma tirania que não será senão um momento na história do homem.»

(*ibidem*. págs. 70-71).

CARLOS BRANCO

«A referência à natureza ocupa lugar muito importante não só no pensamento do século passado, mas também em todo o desenrolar do pensamento moderno que a ele conduz. Até ao limiar do nosso tempo, a atitude tecnicista não se considera a si própria como assente no vácuo: o homem tem determinada concepção da natureza e vê nesta o fundamento e a regra da técnica. Lembremo-nos do apoio que o tecnicismo vai buscar a uma teoria generalizada da evolução; lembremo-nos de que o liberalismo se julga a expressão, em política e economia, da ordem natural. Porém, a atitude tecnicista dos nossos dias tende a orientar-se por outras coordenadas. Devido, em parte, às anomalias de «ordem natural» dos liberais (recordemos, por exemplo, a complacência

com que a época vitoriana encara as enormes desigualdades sociais, convicta de que elas resultam das leis da natureza), devido, em parte, ao sentimento de vacuidade inspirado pela vida contemporânea, devido também à herança idealista e ainda a outros factores que só uma meditação especificamente orientada para o esclarecimento deste ponto aclararia, tende-se antes a ver o real como dado bruto a que a humanidade deverá impor as estruturas que entender mais conformes com os fins escolhidos. Ao construir tais estruturas, ela terá apenas de considerar, além dos fins que pretende atingir, o material à sua disposição e os meios para o trabalhar, e isto independentemente de qualquer ordem natural ou hierarquia de valores permanentes com que deva manter acordo. Na atmosfera hodierna exerce grande influência a ideia, melhor se diria o postulado nem sempre tornado consciente, do homem como o construtor de uma realidade cuja única ordem e significação são os que lhe advêm dos projectos humanos.»

(*Metafísica e Mundo Contemporâneo*; Lisboa, S. E. T., 1953, pág. 21).

Nota

Ao transcrever os textos, nem sempre se mantiveram as notas que os seus autores lhes apuseram. Manteve-se no entanto a respectiva chamada e respeitou-se a numeração. Pede-se ao leitor que tenha este critério em vista ao compulsar certas páginas do *Anexo Documental*.